

JUSTIFICATIVA PARA AMPLIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA TÉCNICA DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Brasília, 28 de março de 2008.

1. Introdução

1.1 O presente documento tem por objetivo propor aos representantes da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CT-PNRH¹ a ampliação das atribuições da referida Câmara, tendo em vista os avanços estabelecidos por meio da implementação do instrumento planos de recursos hídricos no país, bem como durante o processo de construção do Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH. Ademais, vale destacar que os encaminhamentos da plenária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, durante a XIX Reunião Ordinária, ocorrida no dia 27 de março de 2008, se configuram como principal alicerce para o estabelecimento dessa proposta, conforme abordado no decorrer desse documento.

2. Pressupostos técnicos e políticos: breve relato

2.1 A Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433, de 08 de janeiro de 1997) estabelece como um de seus instrumentos os Planos de Recursos Hídricos², que visam fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional, sendo que tais Planos devem ser elaborados por bacia hidrográfica (planos de bacia), por estado (planos estaduais) e pelo País (Plano Nacional). No entanto, o legislador, à época, não buscou definir, no âmbito da Lei, as distintas abrangências dos Planos supracitados, bem como as necessárias inter-relações entre eles. Foi durante o processo de construção do PNRH que se buscou aprofundar tais questões no espaço institucional da CT-PNRH, onde foram debatidos os limites de abrangência do Plano Nacional, considerando as necessárias divisões de responsabilidades na elaboração e implementação desses Planos, a evidente superposição territorial e a necessária integração entre eles.

¹ A CT-PNRH foi instituída por meio da Resolução CNRH 04, de 10 de junho de 1999.

² Os artigos 5º a 8º da Lei 9.433/97 versam sobre o instrumento denominado Planos de Recursos Hídricos.

2.2 Neste contexto, vale resgatar narrativas do documento *“Definição dos Limites de Abrangência do Escopo do PNRH³”*, apresentado na CT-PNRH em julho de 2005: *“Dada a abrangência dos Planos de Recursos Hídricos, nos âmbitos Nacional, Estadual, Distrital e Regional (por bacia), bem como a evidente superposição territorial, é mister destacar que a abordagem e a concepção desses instrumentos devem considerar a divisão de responsabilidades, cabendo notar o caráter de integração a ser incorporado. Sob essa ótica, o Plano Nacional não deve apresentar em seu escopo o desenvolvimento de propostas de ações próprias dos Planos Estaduais ou dos Planos de Bacias de rios de domínio da União, assim como os Planos Estaduais não devem abordar procedimentos e ações característicos dos Planos de Bacia de rios de domínio estadual. Dessa forma, pretende-se evitar que demandas operacionais passíveis de serem solucionadas pelos Planos de Bacia sejam transferidas ou assumidas nas esferas dos Planos Estaduais ou do Plano Nacional; ou que procedimentos estratégicos próprios da esfera das Unidades Federadas sejam canalizados para o Plano Nacional. Ademais, pode-se afirmar que o Plano Nacional ou Estadual não representa o somatório dos Planos de Bacia e, da mesma forma, o Plano Nacional não representa o somatório dos Planos Estaduais, e vice-versa.....Nesse contexto, a atuação do Plano Nacional, bem como dos Planos Estaduais e Distrital, distingue-se, preponderantemente, como estratégica e nacional (ou estadual), enquanto que os Planos de Bacia se caracterizam como predominantemente operacional e regionais (ou locais).”*

2.3 Dada à complexidade do tema e de seu caráter inédito buscou-se abordar o assunto nas Diretrizes do PNRH (volume 3), considerando, dentre outros aspectos, os distintos estágios da implementação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos no País, bem como as distintas capacidades operacionais dos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH e as responsabilidades da União: *“essas ‘fronteiras de trabalho’ que apresentam evidentes áreas de sobreposição tendem a ser distintas para diferentes setores e regiões, sofrendo a influência, de um lado, das capacidades institucionais instaladas nos Estados e, de outro, das próprias possibilidades e limites da União em oferecer respostas consistentes e continuadas.”* A partir do avanço até então estabelecido, materializou-se uma macro-diretriz no PNRH que, por sua vez, norteou o estabelecimento de um subprograma próprio. A macro-diretriz em questão é: *“implementar os instrumentos de planejamento da Política*

³ Este documento buscou nortear as temáticas a serem desenvolvidas no PNRH e ampliar o debate em relação às distinções e necessárias sinergias envolvendo os três níveis de planejamento de recursos hídricos.

Nacional de Recursos Hídricos, considerando as necessárias articulações entre o Plano Nacional, os Planos Estaduais e os Planos de Bacia Hidrográfica, bem como as peculiaridades e a abrangência das ações de cada um, além das articulações dos Planos de Bacia com os Planos Diretores Municipais”, enquanto que o subprograma referido é intitulado “Planos de Recursos Hídricos e Enquadramento dos Corpos D’água em Classes de Uso”.

2.4 Após a aprovação do PNRH pelo CNRH esforços foram voltados para o estabelecimento de sua primeira meta emergencial, qual seja: elaborar e aprovar no âmbito do CNRH documento denominado Estratégias de Implementação do PNRH. A discussão envolvendo as articulações entre os três níveis de planejamento de recursos hídricos voltou à tona para o estabelecimento dessa meta. Nesse documento, também apreciado e aprovado pelo CNRH (Resolução 67, de 07 de dezembro de 2006), foi estabelecida como uma das estratégias para a implementação do PNRH a articulação dos níveis de planejamento de recursos hídricos: *“A importância estratégica da articulação dos níveis de planejamento de recursos hídricos para a implementação dos programas do PNRH se prende à necessidade central de disseminar não somente as bases conceituais que edificam o Plano, mas as orientações e diretrizes de cunho estratégico, próprias da dimensão de um Plano Nacional, para as outras esferas do planejamento de recursos hídricos, na busca do planejamento integrado, para além das exigências institucionais e legais inscritas na Política Nacional de Recursos Hídricos e no SINGREH. Essa articulação contribui, ainda, para canalizar os esforços da implementação do PNRH na construção de ações conjuntas, ademais de se constituir em estratégia determinante para o estabelecimento de prioridades para as atividades da SRH (atual SRHU) e da ANA, além de potencializar e orientar as inter-relações dessas instituições com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos.”* O referido documento apresenta, ainda, alguns eixos para tais articulações que devem ser melhor compreendidos e estudados para sua validação e utilização no âmbito do SINGREH, são eles:

- i) definição de pactos via elaboração de Programas do PNRH, com observância das macro-diretrizes que apontam para essa articulação e integração;
- ii) a consolidação das diretrizes do PNRH nos Planos das Unidades Federadas e nos planos de bacia, guardadas as diferenças de enfoque e de abrangência;
- iii) a possibilidade de utilização dos conceitos e metodologias adotadas para a construção

do PNRH, devidamente adaptadas; e

- iv) a possibilidade de utilização das bases de informação do PNRH.

2.5 Desta forma, tais eixos de articulação com vistas à busca de sinergias envolvendo os níveis de planejamento de recursos hídricos devem ser melhor compreendidos, debatidos e praticados, bem como ampliados, sendo o CNRH, por meio de sua CT-PNRH, o lócus para tal discussão. Vale ressaltar que para maior efetividade desta proposta se faz necessário envolver os estados da federação na discussão, por meio dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – CERHs.

2.6 Deve-se registrar que no presente momento há vários estados da federação desenvolvendo ou buscando as bases para o desenvolvimento de processos de planejamento dos usos e conservação dos recursos hídricos (figura 1), sendo premente o início de um aprofundamento em relação aos mecanismos de articulação entre os níveis de planejamento, visando, dentre outros aspectos, o fortalecimento do SINGREH. Vale ressaltar que para o desenvolvimento de tal dinâmica de articulação deve-se considerar, ainda, a relação entre a água e a ampla diversidade social, econômica, ambiental e cultural apresentada no território brasileiro, bem como as dominialidades das águas previstas na Constituição Federal de 1988 e os estágios de implementação do gerenciamento das águas nas unidades federadas.

2.7 Outro elemento central nesta análise e de suma importância para a ampliação das atribuições da CT-PNRH recai na decisão do CNRH em sua XIX reunião ordinária, ocorrida em 27 de março de 2008, que julgou necessário que a proposta de Resolução desenvolvida pela Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira – CTCOST, que estabelece diretrizes adicionais que devem ser incluídas nos planos de recursos hídricos de regiões que contenham trechos da zona costeira, deve ser remetida e analisada pela CT-PNRH e Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR. Estas Câmaras, segundo o CNRH, devem, em caráter de urgência, analisar a proposta de Resolução e emitir parecer à Secretaria Executiva do CNRH, visando ampliar a discussão e buscar a construção de acordos, para maior efetividade da proposta. Ademais, em plenária foi ainda posicionado a necessidade de rever a Resolução 17, de 29 de maio de 2001, que apresenta critérios gerais para a elaboração de planos de recursos hídricos de

bacias hidrográficas.

2.8 Portanto, a instância máxima do SINGREH, a partir dessa decisão, vislumbra a necessidade de ampliar as atribuições da CT-PNRH, bem como rever a Resolução 17, conforme citado acima.

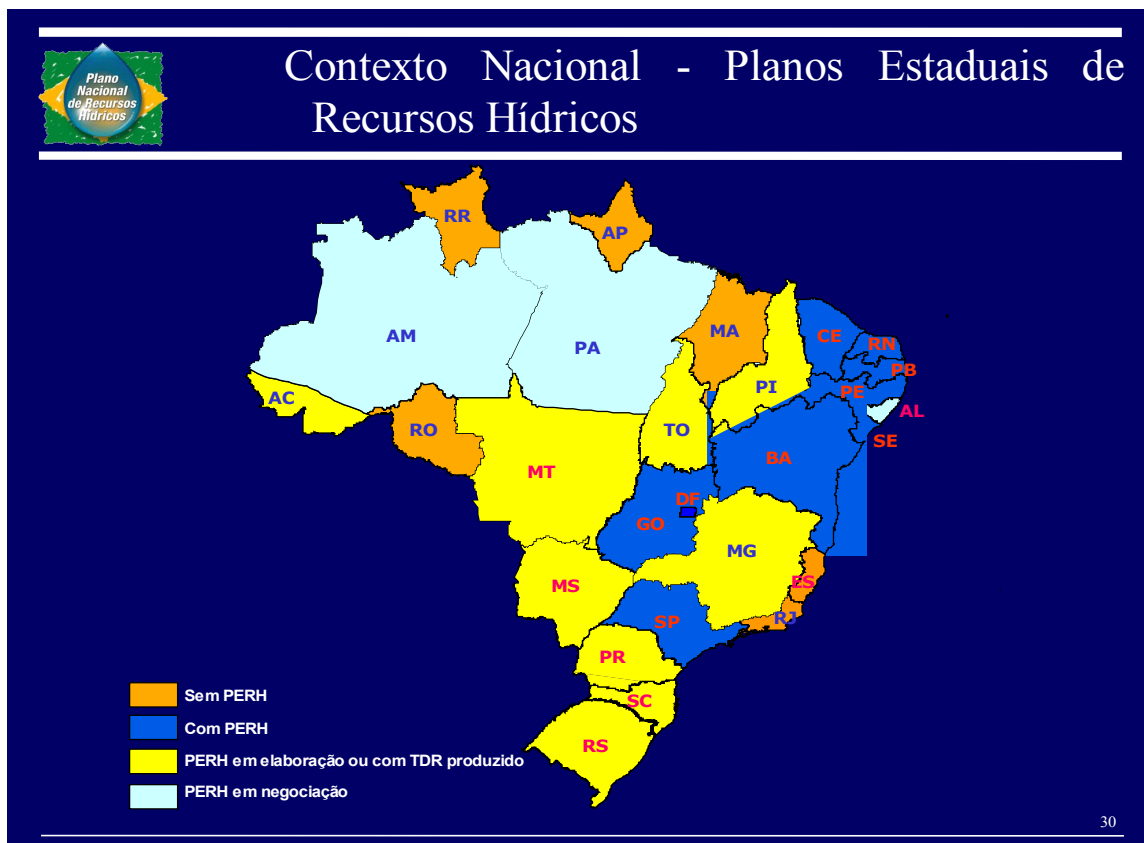


Figura 1: contexto nacional em relação ao desenvolvimento dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos

3. Conclusão

3.1 De acordo com os pressupostos apresentados e, principalmente, a partir dos encaminhamentos da XIX reunião ordinária do CNRH, ocorrida em 27 de março de 2008, conclui-se que se faz de extrema importância a ampliação das atribuições da CT-PNRH para busca de sinergias envolvendo os níveis de planejamento estabelecidos pela Lei 9433/97. A fim de iniciar essa discussão, apresenta-se em anexo a essa justificativa, proposta de Resolução para análise e apreciação dos membros da CT-PNRH.

JOÃO BOSCO SENRA
CONSELHEIRO TITULAR DO MMA NO CNRH

ANEXO

MINUTA DE RESOLUÇÃO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
RESOLUÇÃO Nº XX, DE XX DE XXXX DE 2008
(Publicada no D.O.U em XX/XX/2008)

Altera o Artigo 1º e o Inciso I do Artigo 2º da Resolução CNRH nº 04, de 10 de junho de 1999.

O **CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH**, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nos 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria nº 377, de 19 de setembro de 2003, e

Considerando a Década Brasileira da Água, instituída por Decreto de 22 de março de 2005, cujos objetivos são promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável da água;

Considerando a Resolução CNRH nº 58, de 30 de janeiro de 2006, que aprovou o Plano Nacional de Recursos Hídricos-PNRH, composto pelos volumes: I - Panorama e Estado dos Recursos Hídricos do Brasil; II - Águas para o Futuro: Cenários para 2020; III - Diretrizes; e IV - Programas Nacionais e Metas;

Considerando a Resolução CNRH nº 67, de 7 de dezembro de 2006, que aprovou o documento denominado “Estratégia de Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos”;

Considerando os encaminhamentos da XIX reunião ordinária do CNRH, realizada em 27 de março de 2008, resolve:

Art. 1º O Artigo 1º da Resolução 04, 10 de junho de 1999, publicada no Diário Oficial da União de 24 de setembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art 1º Instituir a Câmara Técnica de Planejamento de Recursos Hídricos, e a de Assuntos Legais e Institucionais, como Câmaras Permanentes, de acordo com os critérios estabelecidos no Regimento Interno do Conselho”

Art 2º O Inciso I do Artigo 2º da Resolução 04, 10 de junho de 1999, publicada no Diário Oficial da União de 24 de setembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“I – A Câmara Técnica de Planejamento de Recursos Hídricos:

- a);
- b) acompanhar a implementação e as revisões do Plano Nacional de Recursos Hídricos;
- c) acompanhar o desenvolvimento dos planos de recursos hídricos (nacional, estaduais e de rios de domínio da União);
- d) propor as possíveis interfaces envolvendo os distintos níveis de planejamento de recursos hídricos, quais sejam: o nacional (PNRH); os planos estaduais (PERHs) e os planos de bacia hidrográfica (PBH);
- e) as competências constantes do regimento interno e outras que vierem a ser delegadas pelo plenário do CNRH”.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SILVA
Presidente

EUSTÁQUIO LUCIANO ZICA
Secretário-Executivo